

---

## NZINGA MBANDI NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: ASCENSÃO E LIDERANÇA NO REINO DO NDONGO E MATAMBA

### NZINGA MBANDI IN THE BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY: THE RISE AND THE LEADERSHIP IN NDONGO AND MATAMBA REALM

---

Priscila Maria Weber  
Doutoranda em História PUCRS – Bolsista CAPES  
priscilamariaweber@yahoo.com.br

**RESUMO:** Observaremos o modo como a rainha Nzinga Mbandi ascendeu em 1623 à liderança dos reinos de Ndongo e Matamba em discussões oriundas de obras que compõem a historiografia brasileira e que trabalham com a história das sociedades africanas. Para tanto, ressaltaremos o referencial bibliográfico e as fontes documentais utilizadas, especialmente a obra História Geral das Guerras Angolanas, do soldado português António de Oliveira de Cadornega. Problematizaremos o acesso ao corpus bibliográfico e documental, inferindo analiticamente em questões que sopesem descrições rígidas e literalizadas, que via de regra excluem as contextualizações e as distintas linguagens políticas empregadas na produção de uma obra, logo, de uma discussão historiográfica.

**PALAVRAS-CHAVES:** Nzinga Mbandi. Historiografia Brasileira. Ndongo e Matamba.

**ABSTRACT:** Observe how the Queen Nzinga Mbandi amounted in 1623 to lead the kingdoms of Ndongo and Matamba in discussions of works derived from the Brazilian historiography and working with the history of African societies. To do so, we stress bibliographic references and documentary sources used, especially the volume General History of the Angolan wars, the Portuguese António de Oliveira soldier of Cadornega. We question access to bibliographic and documental corpus, inferring analytically on issues sopesem rigid and literalizadas descriptions, which usually exclude contextualization and distinct political languages employed in the production of a work, so the historiographical discussion.

**KEYWORDS:** Nzinga Mbandi. Brazilian Historiography. Ndongo and Matamba.

Observamos através de considerações que enfocam os trabalhos com autoria de Selma Pantoja, Marina de Mello e Souza e Alberto da Costa e Silva, que a utilização de adjetivações derivadas da obra “História Geral das Guerras Angolanas” contribui para pronunciar a rainha *Nzinga*, *Njinga* ou *Jinga*, proposta pelos autores supracitados. Em “Nzinga Mbandi: mulher,

guerra e escravidão”, Pantoja vai considerar uma rainha que descende de escravos por parte de mãe, inapta a ascender a liderança, visto sua falta de matrilinearidade. Outro impedimento, segundo a autora, seria sua condição feminina, sanada com sua capacidade guerreira.

Na obra “Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo”, Mello e Souza destaca uma *Njinga* opositora a Portugal, que estava tradicionalmente impedida de liderar por ser mulher, obtendo seus feitos devido a suas características bélicas que possibilitaram inclusive que ela ultrapassasse os oceanos e os séculos. Costa e Silva, em “*A manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*”, tece uma rainha que se tornou apta a liderar por ser uma exímia diplomata. Por ser descendente de escravos, sua categoria linhageira inferior a levou aos jagas, que possibilitaram sua inserção em um mundo de disputas e negociações.

As obras de Pantoja, Mello e Souza e Costa e Silva, utilizam o texto de Oliveira Cadornega como dotado de uma autoridade consentida sempre que ele é evocado como um importante “*documento histórico*”. As adjetivações apreendidas de forma literalizada ignoram o contexto de produção da obra do soldado-escritor, concebendo um *status*, uma fórmula ou paradigma que é atrelada a rainha. Em todas as obras, apesar das particularidades nas construções das rainhas, ela é referida como uma líder peculiar, notável e habilidosa política, estrategista de guerra, uma “*belicosa mulher*”.

### ***Nzinga Mbandi: uma ilegítima e belicosa mulher***

A professora Selma Pantoja, da Universidade de Brasília, publica pela editora Thesaurus no ano de 2000, a obra “*Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*”, oriunda de sua dissertação de mestrado escrita entre os anos de 1984 e 1987, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. O texto original é mantido na referida publicação e, ainda no prefácio, a autora adverte que após o período de escrita, diversos campos emergiram na historiografia brasileira, possibilitando novos diálogos em torno da história das mulheres e da questão de gênero: “*novas metodologias podem contribuir com a temática poder/mulher*”. O estudo da escravidão também ganhou diversos caminhos, pois, segundo Pantoja, uma última geração consegue vislumbrar a necessidade de se entender as relações atlânticas (PANTOJA, 2000: 7).

Um dos aspectos iniciais da obra de Pantoja é referente à denominação das estruturas hierárquicas. Ou seja, os termos reis, rainhas, duques, príncipes e princesas, bem como estados e nações são amplamente utilizados por estudiosos da África. Entretanto, o emprego destes, ocorre por meio de um descolamento das fontes documentais que, como adverte Selma Pantoja, possuem problemas: são escritas por europeus imbuídos de superioridades, levados por interesses para os mais longínquos pontos da África. Em contrapartida, *“fora esses escritos, resta um continente, principalmente no caso da África negra, com uma população que se fazia ágrafa”* (PANTOJA, 2000: 20).

O que salientamos, considerando a discussão proposta pela autora, assenta-se no fato das fontes ainda assim serem válidas, mesmo que nomeiem as sociedades africanas de forma arbitrária em função da denegação das estruturas e dinâmicas políticas: esses escritores percebiam jogos hierárquicos, inventariando-os por meio de documentos administrativos ou literários, emaranhados aos interesses pertinentes àquele contexto.

Os caracteres relativos à escravidão africana presentes na obra de Pantoja consideram os mecanismos internos das sociedades, tais como parentesco, aquisição de esposas, adoção de crianças, dentre outros que são capazes de configurar a marginalização de membros locais por meio da incorporação de estrangeiros como escravizados que supririam os déficits daquele grupo. A dualidade que reside entre escravidão/liberdade segundo a autora, é um modo ocidental para se aproximar e conseguir distinguir uma possível noção de submissão presente nas hierarquias africanas. Assim, os direitos pessoais eram negociáveis, sendo a transferência desses direitos uma prática comum entre os africanos. Uma pessoa ou grupo de pessoas poderiam submeter-se à outra linhagem em troca, por exemplo, de mercadorias ou dinheiro (PANTOJA, 2000: 29).

A mentalidade ocidental tende a englobar tudo o que se apresenta como submissão neste rótulo de escravidão. Às vezes, tais rótulos se adequam a alguns traços, mas no geral não se encaixam no caso africano. Percorrendo os meandros da dicotomia escravidão/liberdade, no relativo à sociedade africana, uma pessoa pode ser vendida ou comprada e, logo depois, incorporada a uma determinada comunidade, integrando-se de maneira diferente das pessoas nascidas naquela mesma comunidade” (PANTOJA, 2000: 28).

A guerra, o sequestro e as razias eram as formas mais comuns de escravização. Com isso, não se invalida outros procedimentos, como o religioso e o judiciário, visto que os escravizados não estavam desempenhando apenas tarefas braçais, pois havia escravos em cargos políticos, advindos de diversas linhagens ou setores das sociedades (PANTOJA, 2000: 31). Ao considerarmos essas peculiaridades, a noção de estruturas de parentesco inseridas em uma sociedade de linhagens oferece muitas ambiguidades e essas repercutirão na concepção relacionada à ascensão dos líderes ao poder, conforme argumenta Selma Pantoja, ao citar obras do africanista Joseph Miller (1977).

Aponta-se a possibilidade de remeter ao contexto de estudos de casos específicos, a saber, onde e quando ocorre o fenômeno da escravidão. E diante das muitas ambiguidades que sugerem os termos definidores da relação de subordinação na realidade africana, muitos autores tem adotado nomes de origem local do escravo. É o caso de Miller e outros que concebem a escravidão em termos de estruturas de parentesco inseridas numa sociedade de linhagem” (PANTOJA, 2000: 32)

Apesar de considerar as discussões anteriormente citadas, permitindo uma compreensão que atrela fluidez ao interior das linhagens, tanto com aspectos relacionados à escravização quanto com o modo que se constituíam as relações políticas de parentesco, Pantoja calca-se em descrições de fontes documentais, mais especificadamente as obras de Cavazzi e os documentos organizados por António Brásio, para ponderar que a autoridade se concentrava em torno dos homens, através de sociedades predominantemente linhageiras e matrilineares. Com base em excertos esparsos da “Descrição Histórica...” em que o autor pejorativamente exprime que “*a maior parte dos trabalhos pertence as mulheres e aos escravos*”, e os senhores ao morrer os enterravam consigo, Pantoja constrói uma realidade que atrela a essas sociedades a última escala hierárquica como pertencente aos escravos e às mulheres (CAVAZZI, 1965, V. II: 124, 125).

A compilação documental intitulada “Monumenta Missionária Africana” apresenta no tomo de número sete, que compreende os anos de 1622 a 1630, dois documentos administrativos categorizados como cartas redigidas pelo então governador Fernão de Souza e endereçadas ao rei de Portugal D. Felipe III. No documento de 1625, *Nzinga Mbandi* é acusada de portar escravos pertencentes à coroa portuguesa e, apesar das solicitações e

negociações, ela declara que não os entregará e que continuarão a compor seu exército. Fernão de Souza sugere que a rainha seja castigada, sendo substituída por um vassalo submisso e fiel aos interesses de Portugal. Em carta datada de 1626, o governador continua queixando-se sobre as atitudes de *Nzinga Mbandi* e afirma a ilegitimidade da mesma em liderar em virtude de ser mulher, sugerindo que guerras fossem declaradas ao território por ela administrado, como podemos conferir nos excertos abaixo:

Dona Ana de Souza, senhora do reyno de Angola, me mandou pedir padres da Companhia, mais cõ medo que deuoção, porque a obrigaua a entregar os escrauos que te fogido deste Reyno, que são muitos, de que tenho dado conta a V. Magestade [...]. Dona Ana, cõ que acabou de declarar sua danada tenção, dizendo que se enganara, e que lhe succedera ao contrario que pretendia, porque não tinha escrauos, ne os poderia entregar [...]. Podesse dar castigo a D. Ana se muito dano, e nomear Rey por V. Magestade, avassalando em cem peças cada ano, cõ obrigação de fazer feiras, e das entradas aos padres da companhia” (BRÁSIO, 1952, v. 7: 361 e 362).

Tenho dado conta a V. Magestade por alguãs vias do perigo em que ficaua esta conquista, e o Reyno de Dongo, por estar yntruza nelle Dona Ana Ginga, por morte d’el Rey seu irmão, e por mouer os souas a que lhe obedecesse, e procurar aos nossos escrauos que fogisse, pera cõ eles se leuantar, e nos fazer guerra. Procurey quietala, até vir horde de V. Magestade dissimulando alguns despejos por conseruar a pax que V. Magestade me encomenda, e por ser grande consideração em qualquer sucesso estar na obediência de V. Magestade. O soua Ayrequiloange, que o governador João Correia de Souza largou e D. Ana pera conuer com ella, mandey vir ao presidio da Embaca, por ser legitimo e verdadeiro sucessor do Reyno, e ella o não poder ser, por não gouernar este Reyno molher” (BRÁSIO, 1952, v. 7: 417).

O discurso do governador dirigido para a coroa portuguesa remete uma *Nzinga Mbandi* que entrava a comercialização de escravos. Havia interesses em afastá-la dos territórios de Ndongo e Matamba pelo fato desses reinos estarem às margens do rio Kwanza, importante no escoamento de “peças” e no acesso a rios menores que possibilitavam a entrada ao interior para captura de escravizados. Com as altas taxas impostas por *Nzinga Mbandi* ou ainda as dificuldades atribuídas às tratativas diplomáticas, uma vez que ela sublevava os sovas submissos à coroa, é compreensível que a liderança da rainha seja rechaçada, inclusive com alegações que a impossibilitam de liderar por ser uma mulher.

Essas ilegitimações não fogem aos interesses daqueles que as consideraram. Por exemplo, o governador Fernão de Souza endereça sua carta para a coroa portuguesa, já o padre Cavazzi escreve a mando da propaganda Fide<sup>1</sup> e seus escritos são permeados por preceitos missionários das ordens católicas, em especial a capuchinha, no qual integrava.<sup>2</sup> Apesar da missão autodeclarar-se como não vinculada às monarquias europeias e expressar apenas interesses evangelizadores, as influências e alianças com os portugueses se fazem notáveis, seja pelo estudo da língua nas catequizações, seja por sua oposição aos holandeses nas negociações mercantis com o *mani* kongo, expressando a influência política dos capuchinhos em solo africano.

No entanto, a obra “História Geral das Guerras Angolanas” não qualifica *Nzinga Mbandi* como inapta a ascender à líder pelo fato de ser uma mulher, como faz Cavazzi e Fernão de Souza. O que observamos em algumas passagens do texto de Oliveira de Cadornega, são enaltecimentos referentes a competências diplomáticas ou bélicas da rainha, justificando as sucessivas derrotas portuguesas (CADORNEGA, 1972, tomo III, p. 208; tomo I: 293). Assim, Cadornega considera a fluidez das linhas sucessórias, visto que os kilombos da rainha *Nzinga* são amplamente citados pelo mesmo.

Para Cadornega, os kilombos não se compunham especificamente por laços linhageiros, estes eram considerados secundários. As hierarquias eram pautadas pelas conquistas de guerra que poderiam ser advindas por membros de diversos extratos da sociedade (PARREIRA, 1989: 153). Além de fortificações militares, os kilombos serviam como depósitos de escravos a serem comercializados; com isso, tornavam-se prediletos alvos de ataque dos portugueses quando a rainha dificultava o comércio das “peças” (CADORNEGA, 1972, tomo I: 14). Composto por jagas, Cadornega ora nomeia kilombo como uma fortificação militar, ora como

---

<sup>1</sup> “A Sagrada Congregação da Propaganda Fide foi fundada pelo Papa Gregório XV em 1622, no contexto das navegações marítimas europeias. Objetivava oficialmente a expansão do cristianismo e a garantia do estabelecimento da fé cristã, a partir do combate à permanência de práticas heréticas. Embora os fundamentos de evangelização tenham sofrido grandes alterações ao longo dos séculos, a Propaganda Fide persistiu com essa nomenclatura até o ano de 1988, quando o Papa João Paulo II passou a denominá-la “Congregação para Evangelização dos Povos”. Informações disponíveis em: <http://www.fides.org/ita/index.html> Já coloquei no primeiro retirar. Acesso: 04.03.2011

<sup>2</sup> Designação dada à ordem de missionários católicos italianos em virtude da capa que vestiam portar um capuz pontiagudo. Para informações detalhadas sugerimos: GONÇALVES, Rosana Andréa. África Indômita. Missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008, p. 57. (Dissertação de Mestrado).

o próprio reino da rainha *Nzinga* (CADORNEGA, 1972, tomo I: 150; tomo I,: 349; tomo III: 352).

Embasada em adjetivações de forma descritiva, advindas da obra do soldado, Selma Pantoja utiliza o excerto citado a seguir para discorrer acerca dde *Nzinga Mbandi*, construindo adjetivações que alocarão a rainha como líder política e temida pelos adversários: “*estas palavras, demonstram dupla identificação da figura de Nzinga. Por um lado, a mulher-demônio, com poderes sobrenaturais e, por outro, líder elogiada pela capacidade guerreira e pelas manobras políticas que assustavam os próprios adversários*” (PANTOJA, Selma. 2000: 100).

Os distintos processos escravistas, bem como as peculiaridades condizentes com a fluidez das linhas políticas sucessórias e, ainda, a pertinência dos quilombos enquanto mais uma alternativa de ascensão política e conquistas territoriais permeiam a obra de Selma Pantoja. Contudo, a autora centra suas considerações conclusivas em sistemas linhageiros matrilineares, condensando o cerne das diferenciações sociais no Ndongo e Matamba por meio das linhagens que qualificavam os descendentes nas diferentes escalas sociais, como os escravos e mulheres, por exemplo, inaptos a ascenderem à liderança.

A forma como *Nzinga Mbandi* ascendeu a líder será proposta por Pantoja por meio de interpretações que sugerem um rompimento com a estrutura do local. Ou seja, mesmo sendo descendente de escravos e não possuindo matrilinearidade capaz de possibilitar ascensão política, a rainha consegue burlar essa convenção por meio de suas capacidades bélicas e diplomáticas. Vale observar que essa proposição está atrelada a duas fontes utilizadas no decorrer dos textos: a obra do padre Cavazzi e do soldado português António Cadornega. No primeiro autor, Pantoja respalda-se para argumentar sobre a autoridade predominantemente masculina ilegitimando *Nzinga Mbandi* à ascensão. Na obra “História Geral das Guerras Angolanas”, a autora irá descolar as adjetivações com a finalidade de construir uma *Nzinga Mbandi* guerreira, logo, apta para superar as imposições políticas e parentais.

Incorporando esse tipo de liderança guerreira, *Nzinga* se deslocou com seu séquito para Matamba. [...] Em nossa análise, um dos aspectos sempre enfatizado pelos textos (fontes) foi a importância dada à autoridade Ngola. Como vimos, esse poder estava limitado pela própria estrutura do estado com base nas comunidades linhageiras. O controle por parte dos mais velhos cerceava o poder central, e este mecanismo explica a legitimação das

diferenças sociais. Os escravos, as mulheres e outros dependentes estavam subordinados aos mais velhos, membros legítimos das linhagens. Em qualquer situação, essas categorias de dependentes explicitavam as diferenças sociais. A existência da escravidão, mesmo em seus níveis mais elementares, pressupõe a estratificação. (PANTOJA, 2000: 142).

O caso de Nzinga foi exemplar: por meio do apoio de um grupo de escravos tentou apoderar-se do poder e do título de Ngola. O caminho que possibilitou a ascensão de Nzinga teve início num ato de seu irmão, ao nomeá-la para negociar a paz com as autoridades portuguesas, em Luanda. Na sua trajetória apoderou-se do título de Ngola, tentando legitimar o seu poder” [...] para resolver seu problema da ausência de vínculo de linhagem tentaria tudo: tornou-se poderosa militarmente, recorreu aos ritos mbangalas e, finalmente, converteu-se ao cristianismo (PANTOJA, 2000: 141).

Nzinga, ao se estabelecer em Matamba, defrontou-se com o problema da legitimidade do poder, pela falta de laços com as linhagens locais. Como no Ndongo onde, em determinada altura de suas contendas com os portugueses, a paz era a solução para os conflitos internos – nesse caso, em Matamba, sua estabilidade política passava pela paz com os portugueses” (PANTOJA, Selma. Op. Cit., 2000, p. 127).

Os historiadores John Thornton e Joseph Miller, citados de forma recorrente na obra de Pantoja, discutem o modo como a rainha elevou-se à liderança. John Thornton afirma que as regras de sucessão não eram nítidas, inventariando algumas hipóteses. A primeira delas consiste em um conflito maior, em que cada grupo usava as tradições como fundamentação para o que acreditavam que lhes era de direito, logo, *Nzinga Mbandi* poderia ter sido alocada na posição de líder (THORNTON, 1991: 25-40). Outra possibilidade consiste em que a hereditariedade patrilinear já tivesse se consagrado nas sucessões pertinentes ao reinado de Ngola Mbandi, em contrariedade com a regra que conduzia o restante da sociedade. A última questão suscitada aponta que os escravos reais adquiriram noções de liderança, passando a ter voz na escolha do soberano – no caso, escolhendo *Nzinga* como representante (THORNTON, 2004: 201-216). Contudo, John Thornton argumenta que na região do Congo a liderança em mãos femininas era inadmissível, e nas regiões periféricas nunca uma mulher obteve o controle formal de um reino (THORNTON, 2006: 437–60), investindo que *Nzinga* opera com peculiaridade, independentemente da forma como ascendeu.

Em “Nzinga of Matamba in a new perspective”, Joseph Miller considera que a rainha comandou um golpe de estado no Ndongo (MILLER 1975: 202-206). Essa hipótese é

elaborada em virtude de a rainha não ser sucessora natural do rei falecido, não só porque era mulher, mas também devido ao título de Ngola estar aberto para competitividade das linhagens nas sociedades Mbundos. Na escolha do sucessor, o favoritismo não estaria com *Nzinga*, e o principal argumento que ampara a tese do autor deriva da rainha ser mulher e filha de uma escrava. A ausência de matrilinearidade fez com que *Nzinga* envenenasse seu irmão e afogasse o sobrinho no rio Cuanza para retirá-los do caminho nas disputas sucessórias entre as linhagens. Em Matamba, o modo de ascensão se fez mais confortável, visto a tradição seguida pelos muxikongos do sul, que admitia às mulheres a capacidade de liderar.<sup>3</sup>

Algumas fontes e referências bibliográficas, como elucidamos, trazem o feminino como impedimento para liderança. Contudo, a obra “História Geral das Guerras Angolanas”, documento principal utilizado por Selma Pantoja para adjetivar *Nzinga Mbandi*, não expressa à rainha enquanto inapta à ascensão. Isso quer dizer que não encontramos excertos em Oliveira Cadornega que comunguem essa afirmação. O soldado escritor maximiza suas impressões delimitando atividades bélicas, e não rituais ou preceitos que fugissem às convenções católicas, como o fez, por exemplo, Cavazzi de Montecúcolo ao associar *Nzinga Mbandi* a bruxarias, considerando os rituais africanos como demoníacos e condenando-a como inapta a liderar. Ou ainda, o governador Fernão de Souza, que anseia por desapossá-la por questões atreladas a formações de exércitos que poderiam ameaçar os territórios considerados estabilizados por Portugal em Angola.

### ***Njinga*: Resistência e repúdio a Portugal**

A obra “Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei do Congo”, escrita pela professora titular em História da África da Universidade de São Paulo, Marina de Mello e Souza, é originária de sua tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense no ano de 1999. Procuramos junto ao banco de dados digitalizado da referida universidade o texto original, contudo, obtivemos acesso apenas à publicação revisada e lançada em 2002 pela Editora da

<sup>3</sup> O historiador Elikia M’bokolo afirma que a rainha *Nzinga* foi aceita em Matamba em condições mal elucidadas, mas que tornou o “estado” mais poderoso da região. Ver: M’BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009, p. 426.

Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalharemos com o texto publicado, pois ele se faz importante em virtude da circularidade de seu conteúdo nos meios acadêmicos, fato que o tornou referência na historiografia brasileira dentre os trabalhos que enfocam a África.

Em termos sucintos podemos inferir que o trabalho de Mello e Souza objetiva delinear o processo histórico de constituição das festas de coroação de rei Congo, ocorrida no Brasil durante o século XIX. Essas festas eram realizadas em comunidades de homens pretos como forma de inserção dos negros na sociedade colonial, ao mesmo tempo em que afirmavam suas identidades calcadas, segundo a autora, em “*raízes africanas*”. A história do reino do Congo e da conversão das elites conguesas ao catolicismo após a chegada dos portugueses ao Zaire, em finais do século XV, elucidam a forma como as festas de reis negros são delineadas na obra, ou seja, entendidas como um meio de construção de uma identidade católica e negra, pelo prisma da escravidão.<sup>4</sup>

Como podemos observar, a temática que compreende a obra é demasiado ampla e não pretendemos realizar uma análise exaustiva sobre ela. Centraremos-nos em elementos presentes no capítulo de número III, intitulado “*Povos em contato, comércio, poder e identidade*”, especialmente no subtítulo “*Do Congo a Angola: a expansão do tráfico, resistências e alianças*”, que aborda, para utilizar palavras da autora, a “*resistência contra a dominação portuguesa na África Centro-Occidental e como as redes de tráfico se espalharam pela região, interferindo nas estruturas de poder lá existentes, fundamentais para a implantação do comércio com os europeus*” (MELLO e SOUZA, 2002: 20). Esses aspectos serão relacionados com a construção das comunidades negras no “*Novo Mundo*”, e é com esse propósito que a rainha *Njinga Mbandi* aparecerá no texto: não contemplada como objeto principal, mas como item fundamental para visibilização da complexidade das resistências à escravidão fundadas no Brasil, mas calcadas em elementos “*africanos*”. O excerto a seguir elucida em parte essa afirmação, corroborando uma rainha que se fazia peculiar em meio à

---

<sup>4</sup> Pretendemos com esse sucinto apanhado aproximarmos o máximo possível do conteúdo expresso pela obra. Obviamente, para alguns itens estarem presentes, outros necessitaram de minimização, como ocorre em qualquer consideração mais homogeneizante. Ainda assim, entendemos que um panorama inicial sobre a obra aclarará ao leitor caracteres posteriormente tratados.

barganha política dos comerciantes portugueses, atentos aos movimentos das linhagens e no potencial econômico que essas localidades poderiam gerar.

Aproveitando-se das lutas sucessórias internas dos reinos, os portugueses apoiavam uma ou outra linhagem pretendente ao trono e, contribuindo para que se mantivesse no poder, enraizavam seu próprio domínio na região de Angola. Foi assim que agiram com os ngolas do Ndongo por longo período, sustentando reis nem sempre representativos, enquanto grupos mistos, abundos-jagas, resistiam à penetração portuguesa no continente, ao controle crescente que exerciam sobre o comércio e às tentativas dos missionários para que mudassem suas tradições, adotando novas crenças e costumes. A frente dessa resistência estava a rainha Njinga” (MELLO e SOUZA, 2002: 104).

Conforme Mello e Souza, no século XVII, o Ndongo era um importante fornecedor de escravos. O comércio da região era feito basicamente por portugueses que, desde 1580, estiveram unidos à coroa espanhola, permanecendo assim até 1640. Essa união concretizava um monopólio que seria ameaçado pela ocupação holandesa em 1641 a 1648. A dinâmica comercial explica a importância de Luanda, pois os africanos conduziam as mercadorias, incluindo os escravizados até a costa, para ali efetuarem as trocas. Segundo Mello e Souza, esse movimento fez com que os sovas adquirissem dependência em relação aos comerciantes europeus, que introduziram produtos variados para que os chefes locais pudessem ostentar prestígio, diferenciando-se dos demais chefes ou ainda de seu séquito. Por outro lado, os portugueses também contavam cada vez mais com as redes de comércio locais.

A rainha *Njinga* ao receber convidados especiais como enviados diplomáticos e missionários, apresentava-se com adereços de cobre, prata e pérolas, ou seja, usufruía dessas redes de comércio e incorporara alguns elementos advindos dos europeus. No entanto, a autora argumenta que essa europeização ocorria somente na indumentária, pois governava ainda aos moldes kimbundo e jaga, aclamada como uma “*rainha poderosa, representante das forças divinas, responsável pela chuva, que fazia germinar a plantação e trazia fartura*” (MELLO e SOUZA, 2002: 108). Ou ainda, que possuía meios para controlar o mercadejo de escravos, aproveitando-se da relação de dependência entre portugueses e sovas.

O exército de Njinga inspirava medo, e a pressão que exercia sobre os chefes locais fez com que muitos entrepostos de escravos fossem fechados, ou abertos, conforme o estado de suas relações com os portugueses. Era grande a dependência destes com relação aos sovas e aos comerciantes africanos e

mestiços, que traziam as caravanas de escravos até os entrepostos comerciais. Assim, era fundamental que encontrassem uma forma de convívio pacífica com os africanos, para tornar factíveis as trocas comerciais” (MELLO e SOUZA, 2002: 109)

Ensejando uma aversão aos lusos por parte de *Njinga*, o autor holandês Olfert Dapper, em “*Description de l’Afrique: contenant les noms, la situation et les confins de toutes ses parties*”, de 1686, exprime nas páginas 369 e 370, uma rainha “feroz”, “barbara”, de “coragem masculina” e inimiga dos portugueses, que durante o período em que os flamengos estiveram em Luanda, manteve-se como aliada. Apesar de não alocar citações dessa fonte documental no texto, Mello e Souza afirma que embasou-se nessa obra para considerar que, em 1647, formou-se uma tríplice aliança entre os holandeses, congolese e kimbundos que visava o extermínio dos exércitos lusos. “*Com essas alianças, quando Salvador de Sá foi nomeado governador de Angola por D. João IV, os portugueses estavam isolados em Massangano, acudados pelos holandeses e por Njinga*”.

Cette princesse a vécu plus de foixante ans, e du temps que l’auteur, on ne favoit point encorre que elle fui mort, toutes les ordenances du royaume le publianta en fon nom. Elle avoit le courage fi Mâle, qu’elle le faifot un divertiffement de la guerre, e favoit feduire avec tant d’adrelle les enclaves des portugais, quilz defortoint à troffes troupes. Elle étoit d’une humeur feroce e barare, haiffant mortellement les portugais, à quille ne don noit aucun cartier, e vivan a la maniere des jagas fous des tenps a la campagne. Avant que de s’engager dans une expedition militaire elle facrifioit des vitimes humaines à fon idole pour en favoir le fuccès.<sup>5</sup>

O impedimento para ascensão à liderança de *Njinga* no Ndongo e Matamba é exposto através de argumentos construídos por John Thornton, mas em relação à categoria gênero e

<sup>5</sup> Efetuamos uma tradução livre, visto que algumas palavras são de difícil entendimento, pois não mais compõem o uso corrente da língua.

“A princesa viveu mais de sessenta anos, ao mesmo tempo em que o autor (Olfert Dapper), sempre escampando da morte em batalhas e, todas as ordens do reino levavam seu nome. Ela teve uma coragem masculina, se divertindo nas guerras contra os portugueses e defrontando as tropas dos mesmos. Possuía um temperamento feroz e bárbaro, que mortalmente feria os portugueses. Vivia a maneira dos loucos Jagas em acampamentos militares. Antes de se envolver em uma expedição militar ela sacrificava vitimas humanas para o seus deuses, sem culpa ou favorecimentos.”

DAPPER, Olfert (1639-1689), *Description de l’Afrique: contenant les noms, la situation et les confins de toutes ses parties*, etc. Publié par l’Institut national des langues et civilisations orientales, Amsterdam: W. Waesberge, Boom et Van Someren, 1686, p. 378-9.

não linhagem. O autor considera que nunca uma mulher teria governado os kimbundos e jagas, não havendo nenhuma tradição que pudesse explicar tamanha peculiaridade. Esse incômodo, segundo Mello e Souza, foi causado por seu sexo, que a levou assumir comportamentos masculinos, liderando pessoalmente batalhas e vestindo de mulher seus vários concubinos. Apesar da autora não explicitar as fontes documentais que acessa, sabe-se que esta informação está presente tanto em Cavazzi, quanto em Oliveira Cadornega. Vale conferir os excertos dessas obras, pois acrescentam sobre os dados apresentados.

Como os vários vícios são por natureza coligados entre si como elos duma corrente, é muito raro que a crueldade seja acompanhada da sensualidade. Entre todos os amantes que ela teve, nunca houve algum que estivesse seguro do seu amor, pois ela, dissimulando com extrema sagacidade os sentimentos interiores, alternava os seus amores com ódios implacáveis. Deste modo aterrorizava os próprios amantes, exigindo que vestissem trajes femininos e depois sacrificando-os, para que nenhum deles se ufanasse de ter cativado seu coração” (CAVAZZI, 1965, V. II: 72).

Tinha esta Rainha huma grande Caza que lhe servia de Serralho, sem ser o do Gram Turco, porque este era de homens, e assoutro de Mulheres, no qual tinha suas Concubinas e Mulheres, que assim chamavão aquelles tristes homens, transformados em mulheres até em o seu vestir: era composto de muitos e bizarros mocetoens com os nomes de Envala hineni, e Samba Amzila; e não saiam dali, se não com grande prevenção; e era pena de morte inviolável aquelle que se achasse comprehendido em adultério, como se elles fossem fêmeas, e ella Varão; e nenhum dos seus lhe chamava Rainha, se não Rey: uzava delles para suas torpesas e desonestidades, dando sinal aquelle que melhor lhe parecia (CADORNEGA, 1972, tomo I: 416).

Ressaltamos que a afeição da rainha por chamarem-na de rei está presente em registros escritos por europeus, para leitura de europeus. Essa informação parece-nos importante, visto que há valores e moralidades ocidentais que não se adaptam às dinâmicas sociais africanas. Via de regra, as fontes tendem em maximizar o que lhes causam estranhamento e, esses hábitos, poderiam ter múltiplos efeitos entre os jagas ou kimbudos, despercebidos pelos observadores.

Após apresentar uma rainha peculiar por ser mulher e com hábitos de concubinato, Mello e Souza sugere que “Njinga tornou-se um precedente histórico, até então inexistente, e suas sucessoras femininas foram facilmente aceitas” (MELLO e SOUZA, 2002: 106). Insurgindo no texto o reconhecimento de seu “talento político” e “capacidade de liderança”

através de seu desempenho enquanto chefiava uma embaixada que seu irmão, ainda quando liderava em 1622, teria enviado a Luanda. “Njinga também teria causado impacto entre os portugueses ao agir e falar, em português, como chefe política lúcida e articulada,” promovendo a assinatura de acordos e tratados (MELLO e SOUZA, 2002: 107).

As adjetivações citadas no decorrer da obra de Mello e Souza legitimam uma rainha guerreira. Como já inferimos a autora não especifica as fontes utilizadas para tais considerações. Em virtude da similitude e repetições dos termos utilizados, bem como a proximidade das citações que mencionam Roy Glasgow a cada consideração que envolve a rainha *Njinga*, atentamos para a possibilidade das arguições referentes à rainha serem advindas da obra de Glasgow. Este, por sua vez, vai buscar na obra de Oliveira Cadornega, “História Geral das Guerras Angolanas”, subsídios para corroborar suas hipóteses que se centram em uma rainha que erige origens e heranças, como a “*mãe-preta*” do nacionalismo angolano.

Assim, meu esforços neste livro visam salientar as dimensões históricas e humanas deste movimento e pôr em evidência sua extraordinária líder, cuja personalidade ficou gravada em, virtualmente, toda a atividade que ela empreendeu. Nunca desafiada seriamente como soberana, possuía um traço de obstinação e de crueldade, que preservou sua posição, exterminando adversários e recompensando amigos. Na qualidade de agitadora-propagandista, levantou a massas, dirigindo propaganda política aos escravos e aos “soldados-escravos”, apelando para seu orgulho nacionalista e prometendo-lhe terras. (GLASGOW, 1982: 11).

Alguns dos líderes africanos cultos do período pós-Nzinga eram obviamente produto desta primitiva ênfase na educação; ênfase que poderia ter feito com que os angolanos se conscientizassem de sua condição colonial, produzindo por conseguinte movimentos de oposição. Apesar desta conexão não poder ser totalmente verificável, sabemos que muitas das vozes iradas do nacionalismo angolano contemporâneo foram emitidas por angolanos que receberam instrução em história, língua e cultura portuguesas. Se, por conseguinte, Nzinga foi o arauto, a mãe-negra da resistência e do nacionalismo angolano, opinião esta, que vem ganhando crescente aceitação entre os estudantes angolanos que vivem no exterior, então os movimentos angolanos de resistência atuais talvez sejam sua descendência e sua herança. (GLASGOW, 1982: 180).

Apesar de Roy Glasgow citar amplamente a obra de António de Oliveira Cadornega e Marina de Mello e Souza considerar essas interpretações, o movimento de Cadornega no texto parece-nos contrário ao propósito exposto por ambos os autores, pois o enaltecimento a

Portugal era o objetivo principal na obra “História Geral das Guerras Angolanas” e não o repúdio, como remonta Glasgow e consequentemente Mello e Souza.

O soldado escritor Oliveira de Cadornega também constrói discursivamente uma rainha, contudo, esta vai importar para os interesses do autor no contexto em que foi escrita. Descolar suas adjetivações ou mesmo fatos atrelados a elas, e colá-las de forma descritiva em escritos contextualizados trezentos anos após a publicação de Cadornega, é considerar que os processos textuais podem confinar-se dentro de um livro. Para o historiador, reconstruir um contexto embasa-se em restos textualizados do passado, disponíveis através de fontes documentais (POCOCK, 2003: 37).

Assim, a noção de textualidade se faz explícita nas questões que envolvem os usos de linguagem, as práticas e significações dos diversos modos de atividade humana, problematizando a reconstrução documental e a interação com fragmentos de alguma realidade pretérita (LACAPRA, 2011: 241). Caso contrário, o documento quando acessado de forma apenas descritiva, ou ainda quando um fato advém de interpretações de interpretações,<sup>6</sup> este situa o texto apenas em noções literais, que implicam referência a uma realidade empírica e pensam transmitir informações sobre ela.

### **Jinga: Diplomata e hábil política**

Formado pelo Instituto Rio Branco em 1957, Alberto da Costa e Silva serviu como diplomata em Lisboa, Caracas, Washington, Madrid e Roma, antes de ser embaixador na Nigéria, Benim, Portugal, Colômbia e Paraguai. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras no ano de 2000, ocupando a cadeira de número 9. No ano de 2002, publica pela editora Nova Fronteira a obra “*A manilha e o Libando: a África e a escravidão de 1500 a 1700.*”

---

<sup>6</sup> A utilização do termo “*interpretações de interpretações*” é baseada na perspectiva aplicada pelo Professor Dr. Marçal de Meneses Paredes na obra “*Memórias de um ser-tão brasileiro: Tempo, História e Memória em os sertões de Euclides da Cunha*”. O professor Marçal Paredes utiliza o termo “*olhares sobre um olhar*”, com o intuito de argumentar a respeito de autores que interpretaram a obra de Euclides da Cunha. Aqui, essa perspectiva é centrada nos autores que “*interpretaram*” a obra de Oliveira Cadornega ou, ainda, de autores que “*interpretaram*” obras que utilizam Cadornega como fonte documental. Contudo, nossa utilização de “*interpretações de interpretações*” procura alertar para uma não problematização historiográfica, seja de fontes, seja de obras utilizadas como referência bibliográfica. Para averiguações mais completas sugere-se a leitura da obra: PAREDES, Marçal de Menezes. *Memória de um ser-tão brasileiro: tempo, história e memória em os sertões de Euclides da Cunha*. Curitiba: Juruá, 2002.

Compreendendo uma diversidade de temáticas, passando pelo escravo negro na antiguidade, pelas terras do islame, pelos reinos de Mali e Songai, Congo e Angola, pela região dos Grandes Lagos até Madagascar em cerca de mil e setenta páginas, possui notabilidade dentre os interessados por história da África.

Por ora, cabe neste trabalho, sucintas considerações sobre os capítulos de número onze e doze, intitulados “Angola” e “A disputa pelo comércio transatlântico”. Em ambos os capítulos há uma série de descrições sobre as guerras, relações comerciais e políticas entre africanos e portugueses. Por vezes, há detalhado algum banquete ou cerimônia realizada, ou ainda informações sobre um governador ou sova. Apesar de essas descrições comporem a maior parte dos capítulos, centrar-nos-emos não nesses fatos, mas nas treze páginas que corroboram a construção de uma *Jinga*. Assim, ela surge pela primeira vez no texto como vítima de seu irmão, tendo o filho assassinado para a ascensão de Ngola Mbandi. Segundo Costa e Silva, esse estava em paz com os portugueses, garantindo a incolumidade quando da realização das feiras na periferia do Ndongo (COSTA e SILVA, 2002: 424).

Entretanto, para os europeus, aquelas eram as terras portuguesas, por doação papal, conforme bula *Equum reputamus*, de 1534.<sup>7</sup> Logo, as ações abusivas dos Ngolas deveriam ser castigadas, como queria o então governador Luiz Mendes de Vasconcelos, sempre formando exércitos e não evitando razias. Por manter atitudes intempestivas que prejudicavam as relações comerciais, Vasconcelos foi substituído por João Correia de Souza, que procurou buscar a paz com o Ngola Mbandi. Para tal negociação foi enviada *Jinga*, que protagonizou a seguinte cena:

Durante as conversações, a princesa, recebida com toda a pompa, procurou desfazer em seus interlocutores a ideia que ali estava para declarar o rei do Dongo vassalo dos Felipes. Ao contrário, ali estava para tratar de igual para igual com os portugueses, na qualidade de representante de um estado soberano. Deixou isso claro desde o primeiro encontro com o governador. Como este a recebesse sentado e não lhe oferecesse cadeira, *Jinga* fez um sinal para uma de suas acompanhantes, possivelmente uma escrava. A mulher ajoelhou-se, pôs-se de bruços com as duas mãos no chão, para que a princesa sobre ela sentasse. Ao sair, a embaixadora abandonou a moça, deixando-a na sala, na mesma posição, como se fosse um banco. E porque o

<sup>7</sup> SILVA, Luiz Gustavo Rebelo da. [\*Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal: com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias.\*](#) Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1869.

governador a avisasse disso, Jinga lhe respondeu que não pretendia voltar a sentar-se sobre aquele mesmo tipo de banco e, como dele tinha muitos, não o queria mais” (COSTA e SILVA, 2002: 428).

Em “*A Manilha e o Libambo*”, a cena é descrita com o foco narracional dividido entre *Jinga* e a exposição de sua competência política. É possível observar esse dado, se considerarmos a fluidez de sua diplomacia apresentada na passagem. Vale lembrar que, apesar de estarmos refletindo sobre elementos já expostos, os mesmos servem para observarmos o modo como o autor constrói sua *Jinga*, que permeará o texto sendo adjetivada em detrimento da recepção pelo governador em 1622 como “*hábil*”, porém “*temível*” (COSTA e SILVA, 2002: 443), como quem causara uma ovação a sua “*altanaria*”, “*inteligência*” e “*poder verbal*”, a sua força de argumentação e astúcia (COSTA e SILVA, 2002: 438).

O autor informa as fontes de onde retira todas as informações em sua obra, ou seja, a maior parte delas advém de Oliveira Cadornega e do padre Cavazzi, inclusive a cena anteriormente citada, que é exposta em ambas as fontes (CADORNEGA 1972, tomo I: 157-9; CAVAZZI, 1965, V. II: 67-8). As adjetivações utilizadas pelo autor estão presentes de modo semelhante em Oliveira Cadornega. Entretanto, pretender uma rainha diplomata não aparece como opção interpretativa no texto do soldado, visto que o mesmo descreve histórias de batalhas depreciando os africanos e o exército de *Jinga* para justificar as derrotas lusas, justamente se utilizando dessas adjetivações que compõe a rainha e serão registradas no texto por vezes com cunho depreciativo. Ou seja, mesmo quando Cadornega descreve uma “*Valeroza amozana*”, uma observação desse fragmento descolado literalmente do texto, poderia corroborar um significado de cunho positivo; contudo, no contexto de inscrição, o sentido do termo é outro (CADORNEGA, 1972, tomo I: 150).

Os usos políticos dessas adjetivações por Oliveira Cadornega visam possibilitar um Portugal que prima pela boa relação com os africanos, contudo, é sempre levado às guerras por não ter outra opção. Logo, no texto do soldado, os motivos que fizeram Portugal se demorar tanto para adentrar no reino de Matamba e também na conversão de suas gentes, com esses artifícios textuais, se faz explicado. Dessa forma, pode-se perceber que as guerras

angolanas de Cadornega escrevem uma história para El Rey, fazendo um Portugal que é diplomático e não o contrário.

Costa e Silva sopesa abrindo possibilidades para reflexão sobre as práticas ritualísticas jagas, que a rainha não se tornara líder com a morte de seu irmão, conforme relatou Cavazzi (CAVAZZI, 1965, v. I: 64-86). A rainha teria afogado seu sobrinho no rio Kwanza e após se dedicado a eliminar os demais pretendentes. Esse afogamento pode não ser apenas um meio para tirá-lo do caminho à sucessão, mas por ter incorporado os rituais jagas, crianças do sexo masculino não eram permitidas. Cavazzi descreve esse fato como uma qualidade bárbara e imoral, já Oliveira Cadornega, como uma tática bélica (CADORNEGA, 1972, tomo I: 54). Em ambas as leituras, não permitir crianças no grupo era uma característica dos jagas.

Os súditos temiam-na por sua suposta virtude, mas muito mais pela maneira terrível como castigava qualquer falta, por pequena que fosse. Não era coisa extraordinária ver amarrados às dezenas os culpados e os inocentes na praça e, na presença dela, entre danças e tripúdios, serem os membros deles cortados, assados no fogo e comidos antes mesmo dos infelizes morrerem. [...] A toda a criança do sexo masculino que conseguia descobrir, por meio dos numerosos espíões, ela mesma arrancava o coração e comia. Até, por vezes, nem aguardava o nascimento e abria as entranhas das mães, bebia o sangue e lançava as carnes aos mastins ou, fazendo-as assar, distribuía-as pelos vassalos” (CAVAZZI, 1965, v. II: 75).

Considerando o falecimento do sobrinho de *Jinga*, sua falta de matrilinearidade é colocada como responsável pelo acesso aos jagas. O autor atrela dados pertencentes aos imbundos como, por exemplo, a competitividade interna entre as linhagens, com características jagas, ou o despir-se ritualmente dos laços de sangue e a procura de integrantes apoiadores, como estrangeiros, pessoas sem vínculos familiares e ainda escravizados. A impressão que fica é a utilização de fragmentos de diferentes obras, pertencentes a contextos distintos, que expõem as complexidades das linhagens africanas, como âncora para a montagem de um mosaico.

Num estado cuja chefia estava aberta à competição de várias extirpes e no qual o rei, a fim de poder arbitrar os conflitos entre elas, era despido ritualmente de seus laços de sangue, um novo soberano procurava, ao assumir, organizar uma estrutura de poder própria, desvinculada das linhagens, juntando ao seu redor nem só estrangeiros que dele se faziam

clientes e pessoas que haviam perdido o vínculo de família, mas também escravos. Deve ter sido com o apoio desses escravos reais, os quizicos (ou kijiko), que Jinga ascendeu a angola, tendo de enfrentar possivelmente a oposição das linhagens, as quais, se a custo aceitavam ter um rei que não fosse mais que um primus inter pares, não se resignariam com facilidade a ter um soberano que fosse, contra as normas tradicionais, uma mulher, uma arrivista sem matrilinearidade. Por faltar-lhe legitimidade, Jinga deve ter tido, por isso, desde o início, de sustentar-se sobre elementos de forma da periferia do mundo andongo (COSTA e SILVA, 2002: 436).

A compilação de documentos para que o historiador estabeleça um *corpus documental* se faz primordial para o trabalho do historiador. Contudo, para usar um termo cunhado por Elías José Palti, “*síndrome de ficheiro*”, em uma tradução livre “*febre*” ou “*síndrome de arquivo*”, pode não enriquecer a pesquisa histórica, visto o perigo de a mesma tornar-se uma sucessão de descrições (PALTI, 2009: 14). O arquivo se transforma, nesse caso, em fonte de evidência documentada e fática. A imagem do arquivo como suplemento da experiência e da memória pode reverter-se, definindo-o como a forma de contato mais direta com a realidade, através de suas pegadas e resíduos materiais. Em suma, dizer que o historiador sabe o que ocorreu no passado porque acessou documentos em arquivos é uma ideia fictícia, e para citar mais uma vez Elías Palti, o historiador corre o risco de inalar os restos dos mortos e provocar uma enfermidade figurada, ou seja, uma espécie de febre de arquivo, um sinônimo de proteção inequívoca àquilo que a memória não é eficaz em recordar da forma “*original*” (PALTI, 2009: 15).

Ao expressar que a *Jinga* gostava que a chamassem de rei, recusando o título de rainha porque decidiu tornar-se socialmente homem, em virtude dos dessabores advindos de sua ilegitimidade enquanto mulher, Costa e Silva utiliza como fonte documental tanto Cavazzi quanto Oliveira Cadornega (CADORNEGA, 1972, tomo I, p I: 416; CAVAZZI, 1965, v. I: 72). Contudo, as fontes explicitam esse acontecimento com descrições que em nada aproximam-se ou sugerem um modo para a ascensão da rainha, como esboça Costa e Silva. Na obra de Cavazzi, essa descrição encontra-se em meio ao subtítulo “*Jinga*”, em que o autor descreve a rainha “*cheia de ira*” (CAVAZZI, 1965, v. II: 71) “*o gênio feroz e cheio de*

orgulho” (CAVAZZI, 1965, v. II: 82), ou ainda, a crueldade acompanhada de sensualidade (CAVAZZI, 1965, v. II: 72).

Em Cadornega, a descrição vem no capítulo segundo da quarta parte do tomo de número um, que retrata o governo de Francisco de Souto Mayor. A *Jinga* voluptuosa nesse caso aparece, porque o soldado-escritor descreve que, em uma vitória dos portugueses, esses aprisionaram sua irmã, a infanta Dona Bárbara, muito bonita e ornada com anéis e colares. É elogiada, também, porque quando possuía prisioneiros portugueses os tratava com consideração (CADORNEGA, 1972, tomo I: 414-5), diferentemente de *Jinga*. A descrição de Dona Bárbara serviria para compará-la com *Jinga*, e referir esta última como uma rainha que possuía concubinos, com vícios, cometidora de delitos em uma “*diabólica caza*” (CADORNEGA, 1972, tomo I: 416.)

O que se percebe na obra de Costa e Silva é um acoplamento de descrições sobre as vitórias e derrotas de *Jinga*, seja em guerras travadas contra os lusitanos, sua aliança com os holandeses, ou ainda nas narrações detalhadas sobre seu funeral. Sempre exprimindo grande volume documental, o capítulo de número doze é finalizado colocando *Jinga* como a diplomata que dedica a vida a uma missão: apossar-se do Ndongo. Assim, “*habilíssima, a rainha Jinga não fora apenas uma grande mestra de sobrevivência política. Ela soubera usar todos, ambundos, imbangalas, congos, portugueses, holandeses e até o jaga do Casanje, um após outro ou de forma orquestrada, para a manutenção e ampliação de seu poder*” (COSTA e SILVA, 2002: 437).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BIRGMINGAN, David. **The portuguese conquest of Angola**. London: Oxford Univ. Press, 1965.

BIRMINGHAM, David. Central. **Africa from Cameroun to the Zambezy**, In. The Cambridge History of Africa. Cambridge University Press, 1977, v. III.

BONTINCK, François. **Un mausolée pour les Jaga**. In: Cahiers d'études africaines. Vol. 20 N°79, p. 387-389.

COSTA e SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

DELGADO, Ralph. **A história de Angola. Primeiro e segundo período. 1482-1648**. Benguela: Journal de Benguela, 1948.

DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra História Geral das Guerras Angolanas. In. **Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI**. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011.

FAUSTINO, Gitibá. **O comércio de escravos na obra de Antônio de Oliveira de Cadornega**. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v.16, n.1/2, p. 105-115, 1990.

FONSECA, Mariana Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012. (Dissertação de Mestrado).

GLASGOW, Roy Arthur. **Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GONÇALVES, Rosana Andréa. **África Indômita. Missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008. (Dissertação de Mestrado).

LACAPRA, Dominick. **História em trânsito. Experiência, identidade, teoria crítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2006.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (org.). **Giro linguístico e História Intelectual**. Buenos Aires: Prometeu, 2011.

MACEDO, José Rivair. **Os herdeiros de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval**. Signum. Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), n.3, São Paulo, 2001, p. 101-132.

MACEDO, José Rivair. (org.) **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

- MATA, Inocência. **A rainha Nzinga Mbandi. História, mito e rito.** Lisboa: Edições Colibri, 2012.
- MEILLASSOUX, Claude. **Mulheres, celeiros e capitais.** Porto: Afrontamento, 1976.
- MILLER, Joseph. **Nzinga of Matamba in a new perspective.** Journal of Afrincan History, 16, n 2, 1975.
- MILLER, Joseph. Mbangala lineage slavery. In. MIERS. S. E KOPYTOFF. I. (org.) **Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives.** Madison, University of Wisconsin Press, 1977.
- MILLER, Joseph. **Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundu em Angola.** Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.
- MELLO e SOUZA, Marina de. **Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- MELLO e SOUZA, Marina de. **A Rainha Jinga– África Central, século XVII.** Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/> Acesso em: 17 mai. 2010.
- PALTI, Elias José. **El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX.** Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão.** Brasília: Thesaurus, 2000.
- PAREDES, Marçal de Menezes (org). **Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras.** Porto Alegre: Oikos, 2012.
- PAREDES, Marçal de Menezes. **Memória de um ser-tão brasileiro: tempo, história e memória em os sertões de Euclides da Cunha.** Curitiba: Juruá, 2002.
- PARREIRA, Adriano. **Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga.** Lisboa: Editorial Estampa, 1990.
- POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: EDUSP, 2003.
- RANGLES, W. G. L. **L'Ancien Royaume du Congo des origines à la fin du XIXe siècle,** Paris: Mouton, 1968.
- THORNTON, John. **Legitimacy and political power: queen Njinga, 1624-1663.** Journal of African History, 1991.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400-1800.** Rio de Janeiro, Elsevier: 2004.

\_\_\_\_\_. **Elite women in the kingdom of kongo: historical perspectives on women's political power.** *Journal of African History*, 2006. MILLER, Joseph. *Nzinga of Matamba in a new perspective.* *Journal of African History*, 16, n 2, 1975.

VANSINA, Jan. **Les anciens royaumes de la savane: les etats des Savanes méridionales de l'Afrique centrale des origines à l'occupation colonile.** Republique du Congo, Université Lovanium, 1965.

## FONTES DOCUMENTAIS

BOLETIM OFICIAL DO GOVERNO GERAL DA PROVÍNCIA DE ANGOLA n° 642, de 16-1-1858 e n° 643, de 23-1-1858. “Memória das coisas antigas acontecidas neste reino do Congo, e o modo com que nos veio a cristandade, e os bispos que nos vinham de Roma para governar este bispado do Congo, e [as igrejas que tem São Salvador], destruídas com as guerras. 1782.”

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas.* Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972.

CASTILHON, J. L. Zingha, reine d'Angola. *Histoire Africaine.* Bourges: Edition de l'Association Gaymede, 1933.

CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola.* Lisboa: J.I.U. 1965.

SILVA, Luiz Gustavo Rebelo da. *Quadro elementar das relações politicas e diplomáticas de Portugal: com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias.* Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1869.